

Projeto Residência em Políticas Públicas: Graduação em Gestão de Políticas Públicas

RESIDENCE IN PUBLIC POLICY PROJECT

Suylan de Almeida Midlej e Silva¹; Natália Latino Antezana²; Janann Joslin Medeiros³; Alexandre Araújo Costa⁴

RESUMO

Este projeto apresenta a atividade curricular chamada Residência em Políticas Públicas (RPP) do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília inspira-se no modelo de residência médica, com as devidas especificidades. Tem como objetivo proporcionar ao aluno um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão em organizações públicas, sem fins lucrativos ou privadas. A RPP trabalha com a prática da imersão do aluno aprendiz em uma realidade diferente daquela costumeira, por meio da observação e da vivência, se inserindo em um processo de construção de saber específico. A experiência de imersão possibilita a análise dos processos de formulação, implementação e avaliação de uma determinada política pública, promovendo a reflexão sobre a relação Estado e Sociedade, a partir da gestão de políticas públicas. Cursada como disciplina obrigatória no sétimo e oitavo semestres, a RPP conta com a supervisão de membro do corpo docente do Curso e tem carga horária mínima exigida de 60 horas, equivalente a quatro créditos, e carga horária máxima de 120 horas, equivalente a oito créditos. Pode ser realizada por meio de duas modalidades: Residência com imersão total, em tempo integral, e Residência com imersão parcial, em meio período diário. Ao final da RPP, os alunos apresentam Relatório da Residência em Políticas Públicas, incluindo proposta de intervenção, e Diário de Campo. Espera-se também a formação de profissionais capazes de gerar impactos significativos na gestão pública e das organizações sociais com ou sem fins lucrativos e melhorias a médio e longo prazo na gestão de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; tecnologia de ensino; imersão

Abstract

This project presents the Residence in Public Policy (RPP) designed for the Course Management Public Policy at the University of Brasília. This activity is based on the type of residency, with the appropriate specifications. It aims to provide students with a place of learning and reflective practice from its immersion in public, nonprofit or private. The RPP works with the practice of immersion of the student learning in a reality different from usual, through

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, com mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente é professora e pesquisadora da Universidade de Brasília. E-mail: suylan@hotmail.com.

² Mestranda em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Bolsista do Programa REUNI com atuação no Projeto de Estruturação da Residência em Políticas Públicas do curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP/UnB). Integra o Grupo de Pesquisa em Implementação de Políticas Públicas da UnB.

³ Mestre em Administração Pública pela George Washington University, Doutora em Administração Pública pela University of Southern Califórnia. Professora adjunta do Departamento de Administração da UnB. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UnB.

⁴ Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Adjunto do Instituto de Ciência Política da UnB (IPol-UnB). Coordenador do Curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP-UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Política e Direito (IPol/UnB).

observation and experience, are entering into a process of building specific knowledge. The immersive experience enables the analysis of the processes of formulation, implementation and evaluation of a specific public policy, promoting reflection on the relationship between state and society, from the management of public policies. Functioning as a compulsory subject in the seventh and eighth semesters, the RPP has the supervision of a faculty member's course load and has the required minimum of 60 hours, equivalent to four credits, and maximum workload of 120 hours, equivalent to eight credits. Can be accomplished through two mechanisms: Housing with total immersion, full time, and partial immersion Estate, part-time diary. At the end of the RPP, students present report Housing in Public Policy, including proposed intervention, and Field Journal. It is also expected to train professionals capable of generating significant impacts on public administration and social organizations with or without profit, and improvements in the medium and long-term management of public policies

1. APRESENTAÇÃO

O curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Universidade de Brasília (UnB), iniciado em 2009 no âmbito do REUNI, é ministrado por um consórcio constituído pelo Instituto de Ciência Política (IPol) e pelos Departamentos de Administração e de Economia, ambos da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE). O Curso é interdisciplinar, sendo composto por disciplinas de distintas áreas do conhecimento, com foco no desenvolvimento de competências visando à articulação de conceitos, métodos e práticas de gestão de políticas públicas e sua relação com os fenômenos sociais e políticos.

Com duas linhas de concentração, Políticas Públicas e Gestão Pública, o curso foi estruturado para atender a uma demanda de profissionais qualificados e de nível superior aptos a realizar a gestão de políticas públicas em seu sentido amplo, que é formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas públicas, bem como realizar a gestão de equipes e de processos de trabalho em organizações públicas e não-governamentais.

Dentre os objetivos específicos do curso estão:

- Promover forte integração entre a teoria e a prática da ação estatal, especificamente em políticas públicas, organizações públicas e organizações não-governamentais;
- Promover reflexão e debate sobre a administração pública considerando suas dimensões republicana e democrática, assim como as relações entre Estado, Governo e sociedade, responsabilidade social no serviço público e “*accountability*” nos processos de governança;
- Propiciar a aquisição de conhecimentos e instrumentos de gestão que contribuam para a elevação dos padrões de ética, eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública, no atendimento às necessidades dos cidadãos.

Trata-se, portanto, de um curso com alto nível de inserção social, com possibilidade de gerar impactos significativos na gestão pública e do terceiro

setor (ONGs e demais organizações sem fins lucrativos) na região Centro-Oeste em geral e no Distrito Federal em particular.

Em alinhamento com as finalidades do Curso e seu compromisso com a geração de resultados para a sociedade, uma das inovações proposta é a Residência em Políticas Públicas, disciplina a ser cursada no sétimo e oitavo semestres. Inspira-se no modelo de residência médica, com as devidas especificidades, e tem como objetivo proporcionar ao aluno um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão em contextos prático-organizacionais.

Um exemplo que tem servido de modelo para o Curso de Gestão de Políticas Públicas é a experiência do Programa em Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA que, desde 2001, vem desenvolvendo uma “metodologia para a formação de gestores sociais fundamentada na articulação de saberes, em diferentes níveis de abordagem da realidade e em atividades de ensino, pesquisa e extensão”⁵. Essa tecnologia de ensino é denominada Residência Social.

A Residência em Políticas Públicas (RPP) é uma espécie de residência social, com algumas adaptações, entre elas o acompanhamento dos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, que pode ocorrer tanto em organizações públicas, como sem fins lucrativos ou privadas, contanto que tenha como norte as políticas públicas. Da mesma forma da residência médica e da residência social, a RPP trabalha com a prática da imersão do aluno, aprendiz em uma realidade diferente daquela que ele está acostumado e que, por meio da observação e da vivência, se insere em um processo de construção de saber específico. A experiência de imersão, além de propiciar a aquisição de conhecimentos de uma dada realidade, possibilita a análise dos processos de formulação, implementação e avaliação de uma determinada política pública, promovendo a reflexão sobre a relação Estado e Sociedade, a partir da gestão de políticas públicas.

Do ponto de vista dos processos de aprendizagem, a opção é realizar uma abordagem social – aquela baseada na construção social, resultado da interação entre pessoas e grupos –, ao invés da tradicional abordagem cognitivista, que prioriza processos mentais de aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes por meio de estruturas cognitivas internas⁶. Esta é, portanto, uma abordagem de aprendizagem mais individualizada, ao passo que aquela é uma abordagem coletiva. A principal diferença entre a Residência em Políticas Públicas e o estágio tradicional está no fato de que este está relacionado com a atuação do aluno em atividades que lhe adicionem competências de cunho técnico, priorizando processos de aprendizagem individual, enquanto a Residência em Políticas Públicas trata da imersão do aluno em um contexto de prática, em que ele participa de um processo de gestão de uma política pública, atuando como observador, interagindo com a equipe e compartilhando experiências e conhecimentos. Como resultado, espera-se uma formação que não seja apenas técnica, mas também sensível aos aspectos éticos, sociais, políticos, econômicos, ambientais e outros que permeiam o campo da gestão pública.

⁵ SCHOMMER, P.C. e FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidades de prática. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V.P. (orgs.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006. (p. 63-82).

⁶ SCHOMMER, P.C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade. 314p. Tese de doutorado - FGV/EAESP, 2005.

Em síntese, a RPP é uma metodologia de formação de gestores em que se integram o conhecimento acadêmico, as especificidades de determinado contexto e os saberes associados aos atores sociais envolvidos, com o fim de se obter uma compreensão aprofundada daquela realidade e possibilitar uma proposta de intervenção para o aperfeiçoamento da política pública. O êxito dessa metodologia depende de um processo de construção coletiva de práticas, conhecimentos e significados, reconhecendo e valorizando os saberes e as contribuições de todos os atores envolvidos. Trata-se de um trabalho que envolve tanto a ação quanto a reflexão.

2. JUSTIFICATIVA

Esse projeto se justifica antes de tudo pela crescente necessidade de profissionais qualificados e aptos a realizar a gestão de políticas públicas em seu sentido amplo, com a possibilidade de gerar impactos significativos na gestão pública e do terceiro setor (ONGs e demais organizações sem fins lucrativos), prioritariamente na Região Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, mas também em outras Regiões do Brasil.

A Residência em Políticas Públicas é vista como uma metodologia importante no desenvolvimento dos alunos do curso, sendo a formação profissional neste campo intrinsecamente relacionada à ação e à integração teoria – prática. A disciplina visa resgatar o conhecimento teórico do Curso com a experiência prática do cotidiano de um gestor de políticas públicas. Dessa maneira, será possível atingir com mais efetividade o objetivo geral do Curso, que é formar profissionais de nível superior com competência para realizar a gestão de organizações públicas e não-governamentais, formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas públicas, bem como realizar a gestão de equipes e de processos de trabalho nessas organizações.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Ampliar a formação dos alunos do GPP para que eles aprendam, a partir do exercício prático, a realizar a gestão de organizações públicas e não-governamentais, formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas públicas.

Objetivos Específicos:

- Compreender as relações entre Estado, Governo e sociedade e sua influência na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, e a importância do controle social dessas políticas;
- Promover a integração entre a teoria e a prática para exercer a função de gestor público nas diversas organizações públicas e do terceiro setor (ONGs e demais organizações sem fins lucrativos), atuando diretamente com políticas públicas;
- Propiciar a aquisição de conhecimentos e instrumentos de gestão que contribuam para a elevação dos padrões de ética, eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública, no atendimento às necessidades dos cidadãos.

4. ABRANGÊNCIA

A abrangência da RPP pode ser vista sob duas óticas: geográfica/territorial, no que se refere à localização das organizações onde o aluno atuará, e temática, que diz respeito aos conteúdos a serem focalizados para estudo.

4.1. Geográfica/ Territorial

O projeto de Residência em Políticas Públicas do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília possui como Região prioritária de abrangência o Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, mas também outras Regiões do Brasil.

A imersão do aluno poderá ser realizada em órgãos públicos das esferas federal, estadual ou municipal, considerando a área de abrangência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno de Brasília (RIDE/DF), organismos internacionais e organizações do terceiro setor (ONGs e demais organizações sem fins lucrativos).

A ideia é que com o amadurecimento da implantação da metodologia de Residência em Políticas Públicas na UnB seja possível ampliar a realização dessa experiência junto a outras universidades do Brasil e do exterior, possibilitando intercâmbios de alunos.

4.2. Temática

O curso possui duas linhas de concentração: Políticas Públicas e Gestão Pública. A linha de Políticas Públicas aborda a execução de atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e seus reflexos na vida do cidadão; relação Estado, Governo e sociedade e controle social. A linha de Gestão Pública aborda mais propriamente a gestão das políticas públicas, incluindo sistemas, processos e métodos de gestão pública, resultados, planejamento estratégico, eficácia, eficiência e efetividade da Administração Pública.

Conta também com dois eixos transversais: relações interorganizacionais e redes na gestão de políticas públicas; e gestão de inovação e de reforma em organizações públicas. No âmbito do ensino, a existência das linhas e dos eixos possibilita mais flexibilidade na escolha das disciplinas a serem cursadas e na formação específica escolhida. E no âmbito da Residência, oferece maior amplitude tanto na escolha da organização, como da política a ser acompanhada/analísada.

As áreas disciplinares que estruturam o curso de GPP são:

- Administração Pública
- Ciência Política
- Direito
- Economia
- História

Essas áreas se referem mais propriamente às disciplinas obrigatórias oferecidas pelo curso. Porém, o GPP não se restringe unicamente a estas, tendo um amplo leque de optativas em diversas áreas do conhecimento.

5. MODO DE FUNCIONAMENTO

A Residência em Políticas Públicas é uma metodologia de ensino inovadora que irá incrementar o currículo dos alunos do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, que está em processo de formação de sua primeira turma de graduandos. A Residência é matéria obrigatória no sétimo semestre e optativa no oitavo semestre e será realizada em organizações públicas e do terceiro setor (ONGs e demais organizações sem fins lucrativos), ou de maneira alternativa, a ser definida no regulamento específico.

Em termos de sua organização, contará com a supervisão de membro do corpo docente do Curso. A carga horária mínima exigida é de 60 horas, equivalente a quatro créditos, sendo que a carga horária máxima é de 120 horas, equivalente a oito créditos.

Pode ser realizada por meio de duas modalidades: Residência com imersão total, a qual ocorre em tempo integral, abrangendo no mínimo três semanas e no máximo quatro semanas contínuas; Residência com imersão parcial, a qual ocorre em meio período diário, contemplando no mínimo seis semanas e no máximo oito semanas contínuas.

A Residência em Políticas Públicas I é uma disciplina obrigatória e será realizada no sétimo semestre e a Residência em Políticas Públicas II é uma disciplina optativa e será realizada no oitavo semestre. Tanto a imersão total como a imersão parcial podem ser realizadas no recesso acadêmico entre semestres. Ambas têm como pré-requisitos ter cursado a disciplina obrigatória Metodologia de Pesquisa Aplicada à Análise de Política Pública, quando deve ser elaborado o projeto de análise de política pública, com aprovação do professor-orientador.

Conforme Quadro 1, as atividades previstas na RPP são:

- Ensino de técnicas de pesquisa de campo, com ênfase em etnografia;
- Elaboração de projeto de análise de política pública;
- Imersão total ou parcial com acompanhamento das ações de formulação, implementação e avaliação de uma política pública nas instituições selecionadas;
- Elaboração de diário de campo;
- Elaboração de relatório da Residência em Políticas Públicas (com proposta de intervenção);
- Realização de Seminário final.

Quadro 1 – Funcionamento da RPP

Sexto semestre	Recesso	Sétimo Semestre			Recesso	Oitavo Semestre		
		Semana 1 a 8	Semana 9 a 16	Semana 17		Semana 1 a 8	Semana 9 a 16	Semana 17
Metodologia de pesquisa aplicada à	Imersão total	Imersão parcial	Relatório final	Seminário	Imersão total	Imersão parcial	Relatório final	Seminário

Análise de Política Pública (Pesquisa de campo, com ênfase em etnografia, projeto de análise de política pública)	Imersão parcial	l (diário de campo)	com proposta de intervenção		Imersão parcial	al (diário de campo)	com proposta de intervenção	
--	-----------------	---------------------	-----------------------------	--	-----------------	----------------------	-----------------------------	--

5.1. Responsabilidades

Para possibilitar a realização da Residência em Políticas Públicas, serão necessários quatro componentes essenciais: o aprendiz, o professor da disciplina, o professor orientador e a organização acolhedora, com suas respectivas responsabilidades.

5.1.1. Do aprendiz

- O aprendiz é o aluno do curso de GPP. Ele deverá estar no penúltimo semestre do fluxo, tendo cursado quase todas as disciplinas obrigatórias do curso.
- O aluno deverá cumprir carga horária mínima de 60 horas e máxima de 120 horas na organização acolhedora.
- O aluno deverá desenvolver, até o penúltimo semestre, um projeto contendo as orientações para o desenvolvimento do trabalho.
- O aprendiz deve identificar problemas, oportunidades e desafios que sirvam como subsídio para o encaminhamento de soluções adequadas à melhoria das políticas públicas analisadas.

5.1.2. Do professor da disciplina

- O professor da disciplina, com ajuda do corpo técnico do Curso, deverá mapear as organizações acolhedoras e conhecê-las previamente.
- O professor da disciplina deve acompanhar a imersão parcial ou total do aluno, bem como ajudar na finalização do relatório de Residência de Políticas Públicas e na organização do seminário final, conforme roteiros pré-estabelecidos.

5.1.3 Do professor orientador

- Deverá acompanhar o relacionamento entre o aluno e a organização acolhedora, a partir de relatórios fornecidos pelo professor da disciplina e disponibilizados no moodle.

- Deverá orientar e avaliar o trabalho do aluno para que atenda aos critérios da Residência e aos demais requisitos acadêmicos, desde a elaboração do projeto até a finalização do relatório, conforme roteiros pré-estabelecidos.
- Os professores que ministram aulas no curso de GPP deverão estar disponíveis para orientação, caso sejam demandados por alunos.

5.1.4. Da organização acolhedora

- Deverá estar interessada nas linhas gerais de pesquisa delineadas no projeto. Esse pressuposto é muito importante, pois se trata de uma relação organização–aluno em que ambos são beneficiados.
- Deverá oferecer ao aluno uma estrutura física adequada, com os recursos necessários ao desenvolvimento do trabalho de campo, tais como mesa, cadeira, computador, material de escritório.
- Deverá ser designada uma pessoa para auxiliar o aluno na marcação de entrevistas, realização de visitas, realização de telefonemas e atividades similares necessárias para o desenvolvimento do relatório de Residência.
- É desejável que as atividades das quais o aluno participará sejam parte de um projeto que tenha interface com a comunidade/público, para que este possa ter conhecimento das especificidades da realidade local e compreendê-las com maior nível de profundidade.

5.2. Metodologia da Residência em Políticas Públicas

- Necessidade de contextos de práticas técnico-políticas. O processo de aprendizagem fomentado pela RPP baseia-se na ideia de uma abordagem técnico-política. Trata-se, portanto, de uma prática que precisa ser contextualizada e vivenciada, visto que a aprendizagem não ocorre apenas na mente dos indivíduos. De preferência, o aluno deve ser impactado por um deslocamento cognitivo, isto é, quanto mais o contexto em que ele será inserido se diferenciar de seu contexto habitual, melhor.
- Contextos de práticas técnico-políticas que viabilizem a aprendizagem. Introduce o conceito de comunidades de prática técnico-política, que são grupos que compartilham objetivos e desafios, conhecimentos de gestão em políticas públicas, interagem regularmente, aprendem pelos outros e com os outros, e desenvolvem habilidades para lidar com tais desafios e atingir seus objetivos. Para uso dessa metodologia de ensino e aprendizagem, as comunidades de prática técnico-política podem ser entendidas como grupos de trabalho compostos por pessoas engajadas na gestão de políticas públicas e cujo funcionamento pode ter por base a participação de todos os membros nas discussões, decisões e execuções das políticas públicas.
- O aprendiz atua na comunidade de prática (ou grupo de trabalho) no qual foi inserido como observador, interagindo com a equipe e compartilhando experiências e conhecimentos. No caso da imersão total, ele pode se tornar membro⁷, parte da comunidade, ocupando diferentes papéis e

⁷ SCHOMMER, P.C. e FRANÇA FILHO (2006) apontam que alguns requisitos são fundamentais para que o aprendiz se torne um membro das comunidades de prática: acesso às atividades em curso, acesso a antigos e a novos membros, acesso a

responsabilidades ao longo do período de imersão. Porém, essa participação nunca será no mesmo nível dos outros membros da equipe. No caso da imersão parcial, a participação como membro da equipe ocorrerá conforme possibilidade, haja vista a limitação do tempo de imersão. A imersão parcial engloba duas situações para a participação do aprendiz:

- a) Organização selecionada – aquela escolhida pelo aprendiz, a partir da oferta do curso;
 - b) Organização de origem – aquela em que o aprendiz já está inserido na organização como gestor público. Neste caso, o aprendiz deve realizar análise de uma política pública diferente da trabalhada por ele ou nova abordagem da mesma política.
- A metodologia proposta não requer que haja uma proposta de trabalho detalhada e rígida. Ao invés disso, o aluno inicia suas atividades com um projeto contendo orientações gerais do que será investigado na RPP. O aprendiz é o responsável por compreender a realidade, identificar problemas a partir da sua visão sobre a política pública em questão e de como ela deve impactar a sociedade. A partir daí, elaborar uma proposta de intervenção dentro de uma construção compartilhada, realizada em conjunto no decorrer da experiência. No caso da RPP, a proposta de intervenção compreende desde um diagnóstico analítico sobre o andamento da política pública até a sua avaliação, a depender do estágio em que se encontre esta política (formulação, implementação ou avaliação).
 - Acredita-se que tal metodologia, por não contar com diagnósticos e propostas pré-estabelecidos, possa vislumbrar diferentes problemas e criar um ambiente propício à inovação. Para tanto, o aprendiz deverá:
 - ter acesso aos recursos essenciais para a aprendizagem, à estrutura para as práticas de trabalho e a pessoas com distintos conhecimentos que possam orientar e fornecer informações sobre o contexto da realidade a ser estudada.
 - ocupar diferentes papéis e responsabilidades dentro da realidade em que será inserido, como forma de obter diferentes perspectivas, enriquecer e aprofundar o campo estudado.

5.3. Avaliação dos alunos

- O projeto de análise de política pública, o diário de campo, o relatório de Residência em Políticas Públicas (com a proposta de intervenção) serão avaliados pelo professor da disciplina e pelos professores orientadores, com mesmo peso, gerando uma média aritmética.

informações, acesso a recursos materiais, acesso a oportunidades efetivas de participação nas decisões e nas definições de significado. SCHOMMER, P.C. e FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidades de prática. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V.P. (orgs.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006. (p. 63-82).

- O seminário final será avaliado pelo professor da disciplina e o valor da nota deve ser somado à média adquirida pelos outros produtos.

5.4. Resultados esperados

O quadro abaixo possibilita melhor visualização dos resultados esperados, bem como os impactos da Residência em Políticas Públicas do GPP

Quadro 2 - Resultados esperados da Residência em Políticas Públicas

PRODUTOS	IMPACTOS
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de análise de política pública • Diário de campo • Relatório da Residência em Políticas Públicas (com proposta de intervenção) • Seminário 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de profissionais capazes de gerar impactos significativos na gestão pública e do terceiro setor (ONGs e demais organizações sem fins lucrativos) no Distrito Federal, na Região Centro-Oeste e em outras Regiões do Brasil • Melhorias a médio e longo prazo na gestão de políticas públicas • Aprimoramento e disseminação da metodologia de Residência em Políticas Públicas para outras universidades do Brasil e do exterior